



## A DIMENSÃO do **CUIDAR** na re-significação do espaço público

ciclo de conferências e comunicações internacionais

### A Dimensão do Cuidar nas prioridades da comunidade internacional: Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Em primeiro lugar quero felicitar as entidades organizadoras deste ciclo de conferências sobre um tema – o tema do cuidar – que foi fundamental no pensamento de Maria de Lourdes Pintasilgo e que é fundamental hoje e para o futuro.

Por outro lado, gostaria de agradecer o convite para estar aqui e dar o meu contributo nesta acção que, ao homenagear a sua memória, quer acima de tudo dar visibilidade e tornar presente o seu pensamento e as suas propostas e a visão pioneira que os mesmos comportam.

Dito isto, gostaria de corresponder à proposta que me foi feita – uma proposta de reflexão sobre a dimensão do cuidar a nível do pensamento da comunidade internacional, expressa no âmbito das grandes organizações internacionais.

Isto é, de que forma esta dimensão está, eventualmente, presente no que é o grande espaço público - encarado o termo na sua acepção mais geral e mais global que inclui todas as esferas da vida para além da esfera privada; de que modo a dimensão do cuidar estará presente, ou não, na definição dos seus princípios e das suas prioridades e na visão que se propõe para o futuro.

Formulada nestes termos, parece, e é, uma ambição literalmente do tamanho do mundo, a que seria incapaz de dar resposta. Assim, decidi centrar esta reflexão nos chamados Objectivos de Desenvolvimento do Milénio – objectivos estes que foram discutidos e negociados pelos vários países das Nações Unidas, a organização mais representativa da comunidade internacional. Sendo uma expressão consensual das prioridades definidas para o futuro, estes Objectivos poderão, eventualmente, conter alguma resposta à questão colocada.

E a questão, recorde, era: Será que a dimensão do cuidar está efectivamente presente nesta grande esfera pública da comunidade internacional? À primeira vista, a questão parece poder conter em si alguma contradição. Efectivamente, a dimensão do cuidar, na sua expressão mais imediata, está especialmente ligada à esfera privada, aos interesses e às necessidades básicas da Pessoa e das pessoas.

Ora, a comunidade internacional move-se aparentemente em outros domínios, que não estes; move-se no domínio das grandes ideias, dos grandes planos e objectivos, que dizem respeito aos desígnios do mundo e das nações.

No entanto, e prosseguindo a reflexão, pareceu-me que, para uma resposta clara à pergunta, haveria que recordar a noção, clara também, do que é a dimensão do cuidar no seu sentido mais autêntico; isto é, uma dimensão ligada a uma ética que encontra o seu fundamento numa verdadeira solidariedade humana e global, uma atitude que olha o presente e prepara o futuro, atenta a todas as dimensões da vida, a vida humana em primeiro lugar, mas também a vida da terra e da natureza que a condicionam.

Portanto, uma ética e uma dimensão que colocam a Pessoa Humana e a sua sobrevivência no centro das preocupações; que têm em conta e dão resposta às suas necessidades e aspirações, à sua dignidade, liberdade e direitos fundamentais, mas também às suas vulnerabilidades e condições de vida.

Uma resposta que terá que ser dada, não numa perspectiva paternalista ou assistencialista, mas numa atitude que radica na verdadeira responsabilidade social e na solidariedade, enquanto corrente forte e inquebrantável que nos liga uns aos outros, que liga o passado, o presente e o futuro, e nos responsabiliza inexoravelmente uns pelos outros.

E quando falo de Pessoa Humana não me refiro a um conceito ou estereótipo abstracto, mas às pessoas concretas, homens e mulheres, crianças e jovens, velhos e novos, nas suas diferentes condições de vida,

no aqui e no agora, mas também mais além; mais além em termos de espaço porque, num mundo que é global, a solidariedade também tem que o ser; e mais longe em termos de tempo, isto é, abrangendo todos aqueles e aquelas que nos hão-de suceder no futuro, as gerações vindouras.

Nesta perspectiva, a dimensão do cuidar implica uma multiplicidade de aspectos que resultam desse centrar na Pessoa, e que passam por questões mais imediatas, ligadas à educação, à saúde, ao bem estar, ao combate à pobreza e, em geral, à qualidade de vida, e também por questões de alcance mais longínquo, ligadas aos padrões de desenvolvimento, à defesa do ambiente e ao respeito pela natureza, etc. etc.

Questões que, em muitos aspectos, estão ligadas a acções que, tendo tido lugar privilegiado na esfera do privado, são cada vez mais responsabilidades da esfera do público, da comunidade no seu conjunto, quer seja a comunidade local, ou a nacional ou a internacional. Por isso, nesta esfera global são áreas de trabalho que envolvem uma multiplicidade de *fora* internacionais, de organizações e de agências. E são objecto de programas e estratégias e de instrumentos internacionais, os mais variados.

E este é o primeiro ponto que eu gostaria de acentuar – a progressiva passagem das actividades especiais dessa dimensão do cuidar, da esfera principalmente privada para a esfera pública; primeiro, a nível da comunidade mais próxima e, progressivamente, até ao seu nível mais distante da esfera do internacional.

E qual é essa visão a nível global que nos permitirá afirmar que, de algum modo, a dimensão do cuidar vai assumindo relevância na reflexão, no discurso e nas preocupações da comunidade internacional?

Disse há pouco que iria centrar-me nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e assim farei. Mas a definição desses Objectivos surge no fim de um caminho de reflexão e debate que teve lugar em passado ainda recente, concretamente na década de 90.

E ao olhar esse passado recente, lembro-me especialmente das grandes Conferências Mundiais das Nações Unidas, dessa década, impulsionadas pelo então Secretário Geral da Organização, Kofi Annan; conferências estas que foram momentos de reflexão da comunidade internacional sobre as grandes questões do nosso tempo. Permitam-me que as recorde de forma breve.

Em 1990, a Cimeira Mundial sobre as Crianças que se realizou em NY. Questões básicas relativas à educação, à saúde, à nutrição, ao acesso a água potável e saneamento básico foram abordadas na óptica da sobrevivência das crianças e do seu futuro.

Depois, em 1992, a Conferência Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento, habitualmente conhecida como a Conferência do Rio, abordou temas decisivos para o nosso tempo e foi uma grande pedrada no charco que atingiu as consciências mundiais, se é que isto se pode dizer assim. O pôr em causa do paradigma de desenvolvimento centrado no crescimento económico, a questão da poluição do planeta e da destruição dos recursos naturais não renováveis, a necessidade de garantir uma Terra saudável para as gerações futuras; estes foram temas tratados numa reunião sem precedentes a nível internacional, quer pelo grau de participação que suscitou, quer pelo âmbito das questões que levantou, e que foram retomadas em conferências posteriores, quer ainda pelo envolvimento da sociedade civil, o tal outro espaço público de discussão e debate, de que hoje se fala.

Depois, em 1993, a Conferência Internacional sobre Direitos Humanos, que teve lugar em Viena, recolocou e reforçou a questão dos direitos fundamentais das pessoas, no centro da agenda política internacional, acentuando o seu carácter de direitos universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados, e incluindo, nomeadamente, o direito ao desenvolvimento centrado na pessoa, vista como sujeito desse desenvolvimento; e incluindo também os direitos humanos das mulheres, como fazendo parte integrante da panóplia de direitos universais; e também os direitos das crianças, os direitos das pessoas pertencentes a minorias, a consideração da pobreza como violação da dignidade humana e factor inibidor de acesso e gozo de todos os direitos, etc. etc.

Em 1994, a Conferência sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, colocou a tónica na inter-relação de duas questões-chave do nosso tempo: a população e o desenvolvimento, e a necessidade de incluir e articular os factores populacionais nas estratégias de desenvolvimento, com tudo o que isso implica, nomeadamente ao nível da saúde, incluindo a saúde reprodutiva, da qualidade de vida, da igualdade entre homens e mulheres, da famílias e dos papéis desempenhados no seu seio, da educação para todos, dos novos movimentos migratórios, entre muitas outras questões.

Em 1995, a Cimeira sobre Desenvolvimento Social, realizada em Copenhaga, enfrentou de forma decisiva a questão da pobreza e da sua erradicação, como um imperativo de carácter ético, político, económico e social. E avançou no caminho da proposta de um desenvolvimento social amplo e profundo, que incluía as questões do emprego, da integração social com base na promoção e protecção dos direitos humanos, do acesso à educação e cuidados de saúde primários, da igualdade de género, da cooperação entre os mais ricos e os mais pobres, de modo a alcançar um desenvolvimento social equilibrado, etc. etc.

E no mesmo ano, em Pequim, a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres abordou as diversas vertentes

da Igualdade de Género no nosso tempo, numa perspectiva de requisito dos direitos fundamentais, ao mesmo tempo que identificou as áreas críticas de desigualdade e de discriminação contra as mulheres, que subsistem em todas as regiões do mundo.

Ambiente, desenvolvimento, população, direitos humanos, situação das mulheres e igualdade foram, nestes anos, palavras-chave do pensamento e do debate internacional.

Aliás, facto interessante a registar foi o da integração, pela primeira vez, das questões ligadas à situação das mulheres no âmbito dos grandes problemas do mundo. Efectivamente, nestes momentos de reflexão e delinear de estratégias, a nível da comunidade internacional, as questões relativas aos direitos e à situação das mulheres aparecem incluídas e estreitamente associadas a esses problemas e à sua solução. Não é mais possível pensar a solução, ou as soluções, para estes problemas em termos neutros. Há que pensá-las em termos do seu impacto de género, isto é, tendo em conta a situação e o contributo das mulheres e dos homens, enquanto componentes de uma Humanidade, que não é neutra nem abstracta.

Daí, a inclusão clara desta dimensão nos planos de acção globais adoptados:

1992 - Agenda 21 (capítulo 24) adoptada na Conferência Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro)

1993 - Declaração e Plano de Acção (I-18 e II 36-44) adoptados na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (Viena)

1994 - Programa de Acção (cap. II, IV, V e VII) adoptado na Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento (Cairo)

1995 – Declaração e Programa de Acção (Compromisso V) adoptado na Cimeira sobre Desenvolvimento Social (Copenhaga)

Ainda nos anos 90, em 1996, uma outra Conferência internacional teve menos eco, mas abordou igualmente temas decisivos para o futuro. Foi a Conferência sobre o Habitat, que se realizou em Istambul e que, de novo numa linha de preocupação pelas pessoas e pelo seu bem estar, ligados a um desenvolvimento sustentável, abordou questões ligadas ao direito à habitação e a um habitat que permita e possibilite uma vida saudável e digna, vivida em harmonia com a própria natureza.

Foi, efectivamente, uma série de grandes *fora* de discussão na década de 90, em que a comunidade internacional, no seu conjunto, se debruçou sobre estes grandes problemas e avançou propostas para a sua resolução. Problemas globais do mundo do presente e seus reflexos no mundo do futuro, mas também problemas das pessoas, na sua realidade concreta de sobrevivência, de bem-estar, de qualidade de vida, de respeito pelos seus direitos fundamentais. Problemas que foram objecto de discussão, de declarações e compromissos e de programas de acção, todos eles em curso, com maior ou menor eficácia, maior ou menor sucesso, mas isso é outra discussão.

Referi tudo isto como pano de fundo para chegar aos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio; porque eles surgem no fim de um caminho percorrido em conjunto pela comunidade internacional. Efectivamente, a Cimeira do Milénio, realizada em 2000, foi o culminar desta reflexão de uma década, no limiar de novo milénio. Dela resultou uma Declaração de compromisso político feita pelos mais altos responsáveis dos destinos do mundo e das nações; declaração esta de que se constituíram garantes e de que são responsáveis, e sobre a realização da qual nós podemos e devemos pedir contas.

É, como habitualmente nestes casos, uma Declaração de grandes princípios que fundamentam as opções políticas para o mundo. São os princípios de liberdade, de igualdade, de tolerância ou de solidariedade, mais habituais neste tipo de proclamações, mas também encontramos na Declaração fórmulas mais recentes, de princípios de respeito pela natureza ou de responsabilidade partilhada nas estratégias do presente e nas opções para o futuro. Uma responsabilidade que é assumida como colectiva e que é, nos termos da Declaração, “um dever para com todas as pessoas do mundo, especialmente as mais vulneráveis e em particular as crianças do mundo, a quem o futuro pertence.”

São estes princípios - liberdade, igualdade, tolerância, solidariedade, respeito pela natureza, responsabilidade partilhada – consagrados na Declaração que fundamentam as prioridades políticas depois expressas nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio; prioridades e objectivos que, naturalmente, são formulados em termos muito mais concretos e próximos da realidade vivida das pessoas e dos seus problemas e que, embora adoptados em 2000, são ainda hoje válidos na sua essência e regularmente avaliados na sua implementação.

São oito os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome
2. Alcançar a educação primária universal

3. Promover a igualdade de género e o empoderamento (“empowerment”) das mulheres
4. Reduzir a mortalidade infantil
5. Melhorar a saúde materna
6. Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças
7. Assegurar a sustentabilidade ambiental
8. Estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento

São grandes linhas de preocupação que, inserindo-se numa perspectiva de desenvolvimento humano, me parecem consonantes com a perspectiva do cuidar; embora não adoptem essa formulação, elas centram-se nos problemas fundamentais das pessoas concretas, do seu bem-estar e da sua sobrevivência agora e no futuro.

Embora tenham sido objecto de consenso por parte da comunidade internacional – e asseguro-vos que o consenso é aqui um conceito que encontra muitas dificuldades e muitos obstáculos até ser alcançado - os Objectivos do Milénio foram também alvo de críticas de vários sectores. Porque não seriam suficientemente ambiciosos, para uns, ou objectivamente realistas para outros; porque constituiriam apenas um denominador comum de âmbito assaz limitado relativamente a posições mais ambiciosas já consensualizadas em ocasiões passadas; porque seriam objectivos e metas encarados de forma mais restritiva do que nas Cimeiras do Cairo, de Copenhaga ou de Pequim.

Foram muitas as críticas que se levantaram de vários quadrantes; no entanto, e apesar destas limitações, introduzidas em particular pelas metas e indicadores adoptados para a efectivação dos Objectivos - metas estas e indicadores que progressivamente estreitam o âmbito mais amplo dos Objectivos enunciados - é inegável que se trata de uma resposta política válida e que se pretende ajustada a realidades da vida e dos problemas das pessoas do nosso tempo e do nosso vasto mundo.

Por outro lado, e isto é especialmente importante, estes grandes Objectivos exprimem preocupações novas relativamente ao desenvolvimento, claramente em contraste com a óptica e as propostas da primeira, da segunda e da terceira Décadas do Desenvolvimento das Nações Unidas (décadas de 60, 70 e 80), as quais se concentraram em particular no crescimento e desenvolvimento económico, como perspectiva fundamental para o progresso.

Os Objectivos do Milénio não negam a importância do desenvolvimento económico. Claro que crescimento económico, progresso tecnológico, comércio e investimento continuam a ser peças essenciais do puzzle do desenvolvimento; mas têm que ser subordinadas às peças mais importantes da construção das capacidades humanas, isto é, a capacidade de vida saudável e digna, a capacidade de aceder à educação e à instrução, a capacidade de gozar de todos os direitos e liberdades cívicas e políticas. No fundo, trata-se de garantir, para além daquelas coisas que as pessoas podem ter - e isso tinha sido a perspectiva das décadas passadas - todas as coisas que as pessoas podem ser.

E assim, mais uma vez, pode dizer-se que estão aqui efectivamente presentes elementos que são centrais numa perspectiva de cuidado e de atenção às pessoas; por outro lado, pode dizer-se também que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio são uma agenda de direitos humanos para todos, as pessoas dos países mais ricos e as pessoas dos países mais pobres; porque a solidariedade e a cooperação internacionais são colocadas em novos moldes de responsabilização global, de todos para com todos.

O primeiro objectivo enunciado nesta listagem de fins a atingir é o da erradicação da pobreza extrema, encarada como violação de direitos fundamentais - à vida, ao bem estar, à satisfação de necessidades básica; mas nos ODM a ênfase vai também para outros direitos básicos, como o direito à educação e à saúde, com a redução da mortalidade infantil e da taxa de mortalidade materna ou o combate às doenças endémicas.

São ênfases absolutamente complementares, porque na óptica do desenvolvimento humano, a pobreza vai para além da mera ausência de recursos económicos; ela é um círculo vicioso que inclui carências de educação e de qualificação, inclui a má nutrição ou a falta de condições de saúde; e pode incluir ainda a situação de desemprego ou de sub-emprego ou outras condições de falta de capacidades básicas que não permitam uma vida digna e criativa.

Por outro lado, a dimensão da sustentabilidade ambiental, do respeito pela natureza e pelo equilíbrio do planeta é também uma dimensão fundamental, também em termos de pobreza; porque a destruição de recursos afectará a vida presente, especialmente a dos mais pobres, e afectará mais ainda a vida futura em aspectos essenciais.

Como referi, a efectivação destes Objectivos é objecto de avaliação regular a nível mundial e dos vários países. O último Relatório de Desenvolvimento Humano, um relatório regularmente produzido pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), publicado em 2008, aborda claramente esta

dimensão.

É um relatório de carácter temático, intitulado “Fighting climate change: Human solidarity in a divided world” (O combate às alterações climáticas: a solidariedade humana num mundo dividido) e centra-se exactamente nesta perspectiva. Segundo este Relatório, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio traduzem-se, essencialmente, em dois grandes desafios profundamente ligados entre si: o desafio da pobreza e o desafio da degradação ambiental, isto é, o do respeito pelas pessoas e o do respeito pela natureza, também ele em função das pessoas, agora e no futuro. E não são brilhantes as perspectivas que traça, nem o balanço da evolução que regista.

Há, por outro lado, relatórios específicos e regulares de avaliação do cumprimento dos Objectivos do Milénio, tanto nacionais como internacionais. O último Relatório, também publicado em 2008, - “The Millenium Development Goals Report” - faz um balanço dos sucessos e das dificuldades encontrados nos oito anos decorridos desde a adopção dos Objectivos e conclui que, não obstante os progressos, há muitos constrangimentos e obstáculos que permanecem e há alguns que se agravam, o que significa que a meta estabelecida de 2015 para o cumprimento dos Objectivos poderá não ser globalmente atingida ou não será atingida em todas as regiões do mundo.

É, por exemplo, o caso da luta contra a pobreza, que parecia, não há muito tempo, estar no bom caminho em termos globais; no entanto, verificam-se agora cada vez maiores disparidades entre várias regiões do mundo, com escassos progressos em algumas e outras em que se continua a viver com menos de um dólar por dia. Situações que, segundo o relatório, são agravadas pelo aumento dos preços dos produtos alimentares e petrolíferos, e pelo comportamento geral da economia; situações que dão lugar a estimativas que indicam um aumento em mais de cem milhões de pessoas que serão afectadas por pobreza extrema, para além daquelas que já existem; será o caso, em particular, da África subsariana e também de algumas zonas da Ásia, as regiões que já contavam com o maior número de pessoas vivendo em extrema pobreza.

Aliás, outras notícias recentes (crónica do jornal Público de 1-7-09) falam de um outro Relatório da FAO sobre esta questão e o articulista diz com uma certa ironia amarga: “Este ano, não se sabe exactamente em que dia, o mundo atinge uma marco civilizacional: o número de pessoas que vivem com fome no planeta vai ultrapassar os mil milhões – um em cada seis seres humanos. Mais exactamente: segundo a Organização para a Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas (FAO), no final deste ano deverá haver 1020 milhões de pessoas que não dispõem de comida suficiente para viver. A somar-se a estes, há mais 2000 milhões que sofrem de malnutrição.”

Por outro lado, e voltando ao balanço do cumprimento dos ODM, vemos que se há progressos no acesso de todos à educação primária e numa participação paritária das raparigas e dos rapazes no acesso à educação, ou no aumento das taxas de vacinação, ou no acesso à água potável ou a cuidados básicos de saúde ou a novas tecnologias, por outro, há ainda desafios enormes a vencer.

Assim, por exemplo, continua ainda a haver mais de quinhentas mil mulheres nos países em desenvolvimento que morrem por complicações do parto ou da gravidez; e cerca de um quarto das crianças em países em desenvolvimento sofrem de malnutrição; e cerca de metade da população nestes países ainda não tem acesso a saneamento básico decente; ou mais de um terço da sua crescente população urbana vive em bairros de barracas; e não obstante crescentes facilidades de acesso a água potável, que têm sido conseguidas, a pressão crescente sobre os recursos de água tem como consequência que cerca de três biliões de pessoas vivem em regiões que enfrentam agora problemas de escassez de água.

Poderia continuar com uma lista exemplificativa dos obstáculos e constrangimentos encontrados neste caminho, mas é apenas uma lista de exemplos objectivos que não são só aspectos parcelares de uma avaliação técnica de relatório, mas factores essenciais na vida, no quotidiano e nos destinos das pessoas envolvidas.

Porque, mais grave ainda do que estes dados do presente, é a avaliação que nos diz que os compromissos assumidos enfrentam novas dificuldades, mais agravadas ainda, pela crise económica e financeira a nível mundial. Uma preocupação que é também fortemente expressa por outras instâncias internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Em Relatório intitulado “Global Monitoring Report 2009”, estas instituições falam mesmo de uma emergência do desenvolvimento. “A Development Emergency” é o título deste documento que aponta como uma crise financeira se transformou numa crise económica que, por sua vez, se traduziu numa crise de desemprego e está em risco de se transformar numa crise social e humana, com implicações também políticas, e em relação à qual nenhum país se encontra imune, mas que, sem dúvida, atingirá sobretudo os países mais pobres.

É por tudo isto, que todas estas avaliações e pronunciamentos avançam no sentido de afirmar, mais uma vez, que para atingir as metas anteriormente propostas há que reforçar a solidariedade e a parceria entre os países mais ricos e os mais pobres, numa nova e autêntica perspectiva de cooperação e de solidariedade,

que é absolutamente instrumental para todos os combates.

Um ponto específico que gostaria ainda de referir, relativamente a várias avaliações que têm sido feitas sobre o cumprimento dos Objectivos do Milénio, é que, para além de apontarem progressos e falhas nas várias áreas, com ênfase sobre a questão da pobreza, em muitos deles se coloca também um ênfase especial na questão da igualdade de género e na necessidade de capacitação e autonomia das mulheres, em particular no seu acesso à decisão, para uma resposta efectiva a todos os desafios.

De facto, em todos os aspectos da realidade descrita, a mera observação desta mesma realidade já demonstrou que há áreas particularmente críticas para as mulheres, porque globalmente mais afectadas que os homens.

Por exemplo, na educação, em termos de acesso e de abandono escolar. Não esqueçamos que, no limiar do Milénio, cerca de dois terços dos mais de 800 milhões de analfabetos no mundo eram mulheres; ou na saúde, a já referida mortalidade materna ou a progressão crescente do HIV, que se tem reflectido com incidência crescente nas mulheres, quer como pessoas atingidas, quer como prestadoras de cuidados de saúde; ou no acesso aos recursos, em que os dados permitem falar de feminização da pobreza, etc.

Por isso o objectivo 3 – Promover a igualdade de género (terminologia que levanta algumas objecções) e o “empowerment” das mulheres - é particularmente interessante e importante no contexto global dos Objectivos do Milénio. Porque é reconhecido como um objectivo de carácter transversal e estruturante, relativamente a todos os outros objectivos, podendo condicionar mesmo o seu efectivo cumprimento.

É neste sentido que o Relatório de avaliação de cumprimento dos Objectivos já referido, de 2008, no respectivo sumário inicial diz o seguinte: “Garantir a igualdade de género e empoderar as mulheres - objectivos desejáveis em si mesmos – é também um requisito para combater a pobreza, a fome e a doença e para assegurar um desenvolvimento sustentável. O progresso limitado que se tem registado no empoderamento das mulheres e na igualdade entre mulheres e homens constitui um deficit permanente que se estende para além deste mesmo objectivo.”

A este propósito, também o actual Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, tendo em conta que estamos a meio caminho da meta estabelecida para se atingirem os Objectivos do Milénio, em documento muito recente da UNIFEM, diz o seguinte, que deve fazer-nos pensar:

“A igualdade de género é um factor determinante e crucial para todos. E, no entanto, as áreas em que o progresso tem sido mais lento são as que dizem respeito ao empoderamento das mulheres e à igualdade de género. O ritmo demasiado lento de mudança da taxa de mortalidade materna em algumas regiões é especialmente alarmante. Temos de fazer mais para acabar com estas mortes evitáveis, que afectam não só as mães e as suas famílias mas a sociedade como um todo.”

E por isso, acentua-se nas propostas do relatório de avaliação a necessidade de intervir com determinação nesta área, bem como na da educação para as raparigas, da luta contra os preconceitos que continuam a prevalecer em muitas sociedades, do apoio ao emprego para as mulheres, do seu efectivo acesso à terra e a outros recursos, e acima de tudo o seu acesso à tomada de decisão em condições de plena igualdade com os homens e a todos os níveis “desde o da casa até ao topo do poder económico e político.”

Talvez que o facto de as mulheres terem sido ao longo dos tempos as tradicionais prestadoras dos cuidados básicos de saúde, de alimentação e de educação, seja também um factor determinante para esta relação estreita e este requisito para o sucesso nos objectivos ligados a todas estas áreas.

Efectivamente, as mulheres têm sido ao longo dos tempos as cuidadoras por excelência. Cuidadoras da primeira infância, em casa primeiro, e depois no sistema de educação, em que continuam a ser as professoras preferenciais daquelas idades que precisam de mais cuidados; cuidadoras da saúde, em casa primeiro, e depois as enfermeiras do sistema de saúde; cuidadoras na acção e apoio social, quer nas redes informais das comunidades, quer as assistentes sociais do sistema formal, etc.etc.

E isto leva-me a colocar de novo a questão: Será de pensar que o espaço público, que se tem regido ao longo dos tempos por normas tradicionalmente ligadas ao universo do masculino, com esta passagem das mulheres de uma esfera para a outra, começa a integrar de forma definitiva a dimensão do cuidar que tem sido parte integrante das normas tradicionais do universo feminino?

Vistas as coisas assim, poderíamos dizer que a dimensão do cuidar, agora transportada para o espaço público, da pequena ou da grande comunidade, refazendo a natureza tradicional das funções que comporta, é, de certo modo, uma revalorização de espaços tradicionalmente femininos, que assim transcendem as suas fronteiras históricas e culturais.

Por outro lado, creio poder afirmar que todos estes aspectos constituem dimensões fundamentais de uma ética de cuidado e de uma governação numa perspectiva centrada no cuidado, isto é na Pessoa, aliás nas pessoas, do presente e do futuro, em todas as dimensões da sua inserção na vida social e no respeito de

todos os seus direitos.

E creio poder dizer também que esta dimensão do cuidado, tradicionalmente associada ao espaço do privado, na sua visão mais imediata, parece agora ser transposta, pelo menos na teoria e no pensamento da comunidade internacional, para o espaço público global e para uma governação global, que quer fazer do mundo um lugar melhor para todas as pessoas, de todas as latitudes e regiões, nomeadamente nas dimensões da educação, saúde, solidariedade ou de combate à pobreza; mundo melhor também no futuro, para as gerações vindouras, nomeadamente com a atenção ao ambiente, à natureza e à preservação do planeta e dos seus recursos.

Por outro lado, é interessante notar que, em contraste com épocas anteriores em que se acentuavam principalmente os direitos civis e políticos como sendo os mais nobres e os de conquista mais imediata, parecem acentuar-se agora, de modo particular, os direitos sociais em geral, incluindo os direitos económicos, sociais e culturais, e também os chamados novos direitos, habitualmente encarados como de realização a mais a longo prazo, de carácter mais programático e mais progressivo.

São, no entanto, direitos sociais que, se efectivamente cumpridos, assegurarão às pessoas concretas a possibilidade de usufruto de todos os outros direitos e permitirão a construção de um mundo melhor, mais justo e equilibrado, e também mais democrático e mais igualitário.

Nesta linha, poderíamos dizer ainda que, quando o ênfase era posto principalmente nos direitos civis e políticos era o cidadão que emergia - aliás, raramente a cidadã, porque o ícon abstracto segue sempre o padrão do masculino - mas, enfim, o cidadão em geral. Quando o ênfase é posto nos direitos económicos, sociais e culturais e nos chamados novos direitos, ao desenvolvimento, ambiente e qualidade de vida, então parece emergir a pessoa concreta na sua realidade, sendo mais visíveis as diferenças, de género ou outras.

Poderíamos dizer assim que esta passagem progressiva de uma perspectiva do cuidar do espaço privado para o espaço público acarreta inevitavelmente consigo a transformação dos cidadãos abstractos em pessoas concretas, definidas essencialmente pelo seu sexo, como o factor estruturante de identidade, mas também caracterizadas pela idade, pela raça, ou por outros factores.

E acarreta também, como referi acima, a responsabilidade social e colectiva pela Pessoa e pela sua sobrevivência, quer seja a pessoa individual ou o colectivo da Humanidade; e acarreta, necessariamente, a mesma responsabilidade social pela terra, pelo planeta, pela natureza, sem o respeito dos quais essa sobrevivência está em perigo.

Sendo este ciclo de conferências também uma forma de homenagear Maria de Lourdes Pintasilgo, dando visibilidade ao seu pensamento e à sua visão pioneira de futuro, gostaria ainda de referir que, não obstante todas as limitações e condicionamentos deste pensamento e objectivos da comunidade internacional, feitos de negociações e compromissos, me parece, apesar de tudo, haver alguma consonância com a visão pioneira que Maria de Lourdes nos legou e de que a Fundação Cuidar o Futuro é a principal depositária.

A este propósito, recordo um texto de sua autoria, datado de 2001, e apresentado num encontro internacional em Taizé. Intitulava-se exactamente "Caring for the future" - Cuidar o Futuro - e nele a autora discorria sobre o significado do cuidar como proposta de uma nova atitude ética e definia o conceito de cuidar de modo linear e completo.

Permitam-me que ecoe exactamente as suas palavras como ela as disse, em inglês:

"Caring is to be attentive to things, to events, to people, to society" - isto é, Cuidar é estar atento às coisas, aos acontecimentos, às pessoas, à sociedade.

E depois explicava que é olhar e ver um mundo em transição, um planeta em processo de destruição, ver os problemas relativos à população, à sobrevivência da humanidade, à carência de alimentos e à carência de água, que classificava como "the most terrifying problem".

Um mundo em que tem que prevalecer a "solidariedade e a partilha entre as nações, assim como o apreço mútuo no respeito da diversidade daquele mosaico que em conjunto todos formamos"; um mundo em que "o paradigma da quantidade tem que ser substituído pelo paradigma da qualidade".

Um mundo também em que, designadamente, no que às mulheres se refere, é muito clara a sua visão de futuro. Em texto não datado, mas mais ou menos da mesma época, intitulado "Émergence du féminin et démocratisation du politique" é claro para ela que a emergência do feminino no espaço público, introduzindo uma dimensão de "igualdade inédita e subversiva", permitirá às mulheres o exercício pleno da cidadania, contribuindo na exacta medida dos seus saberes, competências e sentido de responsabilidade para a solução dos problemas do mundo; emergência do feminino e igualdade inédita e subversiva que se traduzirão também numa alteração qualitativa da própria democracia.

**A Dimensão do Cuidar na Re-significação do Espaço Público.  
Com Maria de Lourdes Pintasilgo em Fundo**

Tipo de Encadernação: CD-ROM

Autor: Fernanda Henriques (Coord.)

Primeira Edição: 30 de Julho de 2010

Editor: Fundação Cuidar O Futuro.

Copyright © Fundação Cuidar O Futuro *et al.*

**ISBN: 978-972-99870-2-1**

Concepção e produção iPublicis!COM

ORGANIZAÇÃO



FUNDAÇÃO  
CALOUSTE  
GULBENKIAN

**FCT**  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

APOIOS



ISBN 978-972-99870-2-1



9 789729 987021 >